

**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO, PESQUISA EXTENSÃO
E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIAS E PRÁTICAS
DA GEOGRAFIA ESCOLAR**

Gabriel Feitosa Santos

**O TRABALHO DE CAMPO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA
PARA A GEOGRAFIA URBANA:
Uma Proposta Prática no Parque Madureira**

Rio de Janeiro
2025

Gabriel Feitosa Santos

**O TRABALHO DE CAMPO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA A GEOGRAFIA
URBANA:**
Uma Proposta Prática no Parque Madureira

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de pós-graduação ao nível de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Orientador Professor Dr. Leandro Riente da Silva
Tartaglia

Rio de Janeiro
2025

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S237 Santos, Gabriel Feitosa

O trabalho de campo como ferramenta didática para a geografia urbana : uma proposta prática no Parque Madureira / Gabriel Feitosa Santos. - Rio de Janeiro, 2025.

26 f.

Trabalho de conclusão de curso em formato de artigo científico (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Leandro Riente da Silva Tartaglia.

1. Geografia (Ensino médio) - Estudo e ensino. 2. Geografia urbana. 3. Parque Madureira (Rio de Janeiro, RJ). 4. Trabalhos de campo. 5. Segregação socioespacial. I. Tartaglia, Leandro Riente da Silva. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Gabriel Feitosa Santos

**O TRABALHO DE CAMPO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA A GEOGRAFIA
URBANA:**

Uma Proposta Prática no Parque Madureira

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de pós-graduação ao nível de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Aprovado em: 29/03/2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Leandro Riente da Silva Tartaglia (Orientador)
Colégio Pedro II

Prof. Dr. Marcelo Alonso Morais
Colégio Pedro II

Prof. Dr. Felipe Rangel Tavares
UERJ FEBF

Rio de Janeiro
2025

O TRABALHO DE CAMPO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA A GEOGRAFIA URBANA:

Uma Proposta Prática no Parque Madureira

Gabriel Feitosa Santos

Resumo:

Esta pesquisa propõe a elaboração de uma atividade de campo no Parque Madureira, voltada para alunos do segundo ano do Ensino Médio, com o objetivo de promover a compreensão dos conceitos de geografia urbana, como direito à cidade, segregação socioespacial e ressignificação do espaço. A pesquisa busca integrar o conhecimento escolar ao contexto vivido pelos alunos, por meio da análise crítica das dinâmicas urbanas em Madureira. A proposta inclui um roteiro de campo, baseado em uma abordagem teórica sobre a construção do parque, seu impacto socioespacial e as transformações geradas, como a remoção da comunidade Vila das Torres e a especulação imobiliária. O estudo destaca a importância da mediação didática para uma aprendizagem significativa, que considera as experiências cotidianas dos estudantes. Ao explorar fenômenos como o direito à cidade e as mudanças urbanas, a pesquisa visa estimular uma visão crítica dos estudantes sobre o espaço urbano. A atividade de campo sugere uma alternativa metodológica para os docentes, permitindo uma aproximação entre teoria e prática, essencial para o ensino de Geografia no Ensino Médio.

Palavras-chave: parque madureira, trabalho de campo, ensino médio, segregação socioespacial.

Abstract:

This research proposes the development of a field activity in Madureira Park, aimed at second-year high school students, with the objective of fostering an understanding of key urban geography concepts such as the right to the city, socio-spatial segregation, and the re-signification of space. The study seeks to integrate school knowledge with students' realities through a critical analysis of urban dynamics in the neighborhood of Madureira. The proposal includes an outdoor class based on a theoretical approach to the park's construction, its socio-spatial impacts, and the changes it triggered, such as the removal of Vila das Torres community and real state speculation. This research highlights the importance of didactic meditation for meaningful learning that values students' everyday experiences. By exploring phenomena such as the right to the city and urban changes, the study aims to stimulate a critical perspective among students regarding urban space. The field activity offers a methodological alternative for educators, encouraging the integration of theory and practice, which is essential for effective geography teaching in high school.

Keywords: madureira Park, field work, high school education, socio-spatial segregation.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia na educação básica enfrenta desafios importantes no contexto contemporâneo, sobretudo no que se refere ao desinteresse dos estudantes pelos conteúdos escolares. Esse distanciamento pode estar relacionado a dificuldades de concentração ou a estratégias metodológicas que nem sempre favorecem a construção do conhecimento e o desenvolvimento do pensamento geográfico.

Dessa forma, torna-se imprescindível que o docente, ao trabalhar os conteúdos de geografia escolar, leve em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, oriundos de suas vivências no espaço geográfico. Reconhecer que os estudantes possuem um repertório geográfico construído a partir de suas experiências cotidianas permite ao professor potencializar a mediação didática, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Cavalcanti (2010) destaca que a mediação didática do professor deve favorecer a reflexão sobre o papel da Geografia no cotidiano dos alunos. Para isso, é essencial que o ensino da disciplina contribua para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a sociedade e a natureza, ampliando a compreensão dos fenômenos socioespaciais.

Nesse contexto, a autora argumenta que o ensino de conteúdos geográficos, aliado ao conhecimento escolar, deve ser fundamentado em uma relação autêntica e engajada entre professores e alunos. Esse processo envolve o debate de temas pertinentes, o confronto de diferentes pontos de vista e a troca de experiências, com o objetivo de atribuir um significado relevante aos conteúdos abordados (Cavalcanti, 2010).

Consequentemente, os métodos tradicionais de ensino, quando utilizados de forma isolada, têm apresentado limitações em determinados contextos, representando um desafio para os docentes que não buscam diversificar suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, a adoção de estratégias mais dinâmicas e interativas pode favorecer o engajamento dos alunos e contribuir para uma aprendizagem mais significativa. Contudo, é fundamental reconhecer que as metodologias ativas não substituem integralmente os métodos tradicionais, mas podem complementar e aprimorar o processo educativo de maneira equilibrada e eficaz.

Diante desse cenário, o trabalho de campo emerge como uma alternativa para os docentes que buscam implementar metodologias de aprendizagem inovadoras. Essa abordagem possibilita aos alunos a vivência prática de conceitos que, frequentemente, são apresentados de forma teórica pelos professores, permitindo que compreendam conteúdos que, de outra maneira, poderiam se manter abstratos.

Inserido nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de trabalho de campo no Parque Madureira, voltada para alunos do segundo ano do ensino médio. A escolha dessa etapa de ensino justifica-se pela relevância de promover uma compreensão das dinâmicas urbanas e das relações socioespaciais, competências essenciais para o desenvolvimento dos estudantes no campo da geografia.

Em vista disso, a escolha pelo segmento do segundo ano do ensino médio para o trabalho de campo fundamenta-se pela oportunidade de proporcionar aos estudantes uma análise mais aprofundada das dinâmicas populacionais e dos fatores que influenciam a mobilidade e fixação de grupos humanos nas cidades, conforme a habilidade EM13CHS201 da BNCC. O trabalho de campo visa, assim, ampliar a compreensão da segregação socioespacial, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais que influenciam a organização do espaço urbano, de forma prática e contextualizada.

A escolha do Parque Madureira como objeto de estudo justifica-se pela proximidade do autor com o espaço analisado, uma vez que reside na região onde o parque está situado. Além disso, ao longo dos últimos anos, pude observar as mudanças socioespaciais ocorridas, especialmente após a construção do parque urbano. Nesse sentido, com um sentimento de pertencimento em relação ao espaço de análise, proponho aos docentes da região a

possibilidade de utilizar o Parque Madureira como um campo de estudo, por meio de uma proposta de pesquisa de campo que permita a análise do espaço geográfico.

Assim, os objetivos específicos deste estudo consistem, em um primeiro momento, em realizar uma análise crítica da construção do Parque Madureira, com base em conceitos centrais da geografia urbana, como segregação socioespacial, direito à cidade e ressignificação do espaço. Em um segundo momento, almeja-se desenvolver um roteiro de campo que proporcione novas abordagens pedagógicas para os docentes da região, visando à contribuição de forma efetiva de conceitos ligados à geografia urbana no ensino médio.

A análise do Parque Madureira como local de atividade de campo destaca a relevância do trabalho como proposta metodológica. O capítulo 2, intitulado 'O Trabalho de Campo como Ferramenta Didática', tem como objetivo identificar a importância dessa abordagem no contexto da educação básica. Além disso, por meio de uma análise dos referenciais teóricos, busca-se compreender o impacto dessa atividade tanto para os alunos quanto para os professores, visando à interpretação do espaço urbano à luz dos conceitos trabalhados.

O terceiro capítulo, intitulado 'Madureira: as mudanças socioespaciais impulsionadas pelo parque urbano', apresenta uma análise teórica do bairro de Madureira, considerando o processo de construção do parque e suas consequências socioespaciais. Esse capítulo poderá ser utilizado como referência pelos professores na elaboração da proposta de campo.

Primeiramente, o capítulo abordará o bairro de Madureira a partir de seu contexto histórico de formação, destacando as transformações que o tornaram um importante centro urbano. Em seguida, será analisado a construção do Parque Madureira, que, influenciado pelos megaeventos realizados na cidade nas primeiras décadas do século XXI, gerou mudanças consideráveis na cidade carioca, incluindo o próprio bairro de Madureira.

A terceira parte do capítulo foca nas mudanças socioespaciais ocorridas em Madureira a partir da construção do Parque Urbano. Nesse contexto, será analisado o caso da comunidade Vila das Torres, visto que o processo de remoção de seus moradores evidenciou a negação do direito à cidade para aqueles que viviam na área ocupada pelo parque. Além disso, serão discutidas outras ressignificações do espaço, como a valorização imobiliária e as consequências para os bairros onde o parque está localizado.

Por fim, o quarto capítulo propõe uma atividade de campo voltada para alunos do segundo ano do ensino médio, com base nos levantamentos teóricos realizados na pesquisa. O capítulo está dividido em atividades de estudo dirigido, o trabalho de campo e pós-campo, visando oferecer alternativas para docentes interessados em utilizar o parque urbano como ferramenta didática na análise do espaço urbano.

Portanto, o trabalho de campo pode contribuir de forma efetiva para a construção dos conteúdos relacionados à geografia urbana no ensino médio, por meio da mediação didática do professor com os alunos, a partir de observações do espaço geográfico, considerando a realidade dos estudantes. Como destaca Callai (2005, p.10), “Compreender o lugar em que se vive encaminha-nos a conhecer a história do lugar e, assim, a procurar entender o que ali acontece.”

2 O TRABALHO DE CAMPO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA

No contexto atual da educação básica, é comum que docentes se deparem com alunos desmotivados e desinteressados em relação aos conteúdos abordados pela geografia escolar em sala de aula. Embora essa disciplina apresente diversas possibilidades de aplicação, muitos

professores, por diferentes razões, enfrentam dificuldades para engajar os estudantes e demonstrar a relevância da compreensão geográfica em suas vidas.

Atualmente, os docentes enfrentam uma luta constante pela atenção dos alunos, que apresentam dificuldade de concentração na sala de aula, seja pelas distrações causadas por aparelhos eletrônicos, como celulares e tablets, ou pelo desinteresse nas matérias desenvolvidas pelos professores.

Nesse sentido, os alunos frequentemente não percebem a importância e a aplicabilidade de alguns temas trabalhados no livro didático de geografia como rochas, relevo e hidrografia, pois esses conteúdos, como estão apresentados, encontram-se distante de sua vivência cotidiana. Como consequência, a abordagem utilizada muitas vezes baseia-se em uma transmissão rígida, pautada na memorização.

Segundo Cavalcanti (1999), para a formação de cidadãos críticos e participativos, é necessário adotar o construtivismo como uma abordagem teórica fundamental no ensino de geografia escolar. Nessa perspectiva, o ensino deve ser compreendido como um processo de construção do conhecimento, no qual o aluno é o sujeito central desse processo.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que o aluno é a centralidade do ensino, a abordagem geográfica dos conteúdos deve estar próxima à realidade do estudante. Assim, a metodologia e os procedimentos utilizados pelo professor devem estar alinhados com a cultura do aluno e com a cultura escolar, como salienta Cavalcanti:

A tensão entre a seleção a priori de um conhecimento, a organização do trabalho pedagógico na escola e a identidade de alunos e professores deve ser a base para a definição do trabalho docente. Nesse sentido, ensinar Geografia é abrir espaço na sala de aula para o trabalho com os diferentes saberes geográficos “trazidos” pelos agentes do processo de ensino: alunos e professores. (CAVALCANTI, 1999, p. 130)

No que tange ao estudo da geografia urbana em sala de aula, há a possibilidade de docentes e alunos extraírem saberes geográficos a partir de seu contexto local. Considerando a vivência dos estudantes em áreas urbanas, os conteúdos abordados nessa temática tendem a estar mais próximos de sua experiência cotidiana. No entanto, a assimilação clara desses temas nem sempre ocorre, uma vez que conceitos ligados à geografia urbana podem ser trabalhados de forma abstrata e distante da percepção discente.

De acordo com Corrêa (1989, p. 9), o espaço urbano é um território "fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas", o que pode tornar a compreensão do conceito complexa quando apresentado de maneira exclusivamente teórica aos alunos da educação básica. Portanto, é essencial a adoção de novas estratégias didáticas que favoreçam a construção ativa e contextualizada dos conceitos geográficos pelos alunos.

Um dos desafios enfrentados pelos professores na prática docente, ao abordar o tema 'cidade', por exemplo, é a dificuldade de acesso às informações e materiais relacionados às cidades, conforme apontado por CALLAI;CAVALCANTI;CASTELLAR (2007). Em contrapartida, a própria realidade dos docentes pode ser utilizada como referência como apontam as autoras:

[...] é preciso alertar para o fato de que o material pode ser construído a partir dos dados da realidade vivenciada por eles mesmos. Considerar, pois, a própria realidade cotidiana como um laboratório, a partir do qual se articula a outras escalas de análise, é um desafio constante nas ações de formação docente. Pode-se, então, utilizar conceitos que permitam encaminhar o estudo desta realidade de modo a não permanecer na descrição de paisagens e/ou situações, realizando análises mais contextualizadas do mundo globalizado.” (CALLAI; CAVALCANTI; CASTELLAR, 2007, p.101)

Desse modo, na mesma linha de análise, Rodrigues;Lima;Souza (2017) identificam que as escolas ainda persistem em um ensino de Geografia tradicional e descritivo, desconsiderando a realidade dos alunos. Para transformar esse cenário, seria necessário associar os conteúdos escolares à leitura de mundo dos estudantes, como destacam os próprios autores:

O professor tem a incumbência de associar os conteúdos de geografia com a leitura de mundo dos alunos, e ter em mente que o mundo e a sociedade estão em constante transformação. Por isso é um risco se apoiar somente nos livros didáticos, pois, por vezes, os conteúdos se apresentam desatualizados ou descontextualizados, debilitando de certa forma o ensino e a aprendizagem dos alunos. (RODRIGUES; LIMA; SOUZA, 2017, p.7).

De acordo com os autores, a desatualização e a descontextualização dos conteúdos nos livros didáticos representam um desafio significativo para os docentes. Isso pode dificultar a construção do conhecimento pelos alunos, pois o conteúdo apresentado muitas vezes não corresponde à realidade atual. Portanto, é essencial que o professor adote metodologias de ensino inovadoras, que possibilitem aos alunos uma compreensão significativa dos conteúdos, sem comprometer o aprendizado.

Nesse contexto, o trabalho de campo surge como uma abordagem metodológica relevante no ensino da geografia urbana, pois possibilita aos alunos a construção de sentidos e significados sobre o espaço urbano, tornando a aprendizagem mais significativa. Por meio dessa prática, os alunos têm a oportunidade de experimentar, analisar criticamente e refletir sobre os conceitos geográficos a partir da realidade urbana, um processo de aprendizagem mais ativo e contextualizado aos conteúdos discutidos em sala de aula.

Segundo Ciocari (2013, *apud* Santos e Santos, 2020), o trabalho de campo consiste em observar fatos e fenômenos concretos, considerando a primeira e segunda natureza, além da coleta de dados. Esse processo destaca a análise e a interpretação, o que requer uma fundamentação teórica essencial para a compreensão do objeto de estudo.

Souza;Pereira (2007) afirmam que o trabalho de campo pode ser compreendido como toda a atividade investigativa e exploratória realizada fora do ambiente escolar. Essa abordagem é uma atividade frequentemente bem aceita pelos estudantes por romper com a rotina tradicional da sala de aula, e um instrumento importante para a geografia que se predispõe a estudar a dinâmica do espaço.

Compiani;Carneiro (1993, *apud* Souza; Pereira, 2007) destacam que o trabalho de campo pode exercer quatro funções na prática educativa: a ilustrativa, permitindo que os estudantes compreendam de forma mais concreta os conceitos abordados em sala de aula; a motivadora, que busca despertar o interesse dos alunos por determinados temas; a treinadora, voltada ao desenvolvimento de habilidades técnicas; e a geradora de problemas, que incentiva os estudantes a propor e resolver questionamentos de forma autônoma.

Em uma atividade de campo, o docente pode estimular os alunos a exercerem a função ilustrativa, através da observação e registro de imagens, onde a paisagem se torna um conceito primordial para o êxito dessa função educativa. Nesse caso, o aluno tem a capacidade de reconhecer e atribuir significados, por experiência própria, o que foi ensinado de forma teórica em sala, como por exemplo os assuntos relacionados ao espaço urbano, como segregação socioespacial, gentrificação, conurbação etc.

É essencial que o professor como mediador da atividade, crie condições para que os alunos desenvolvam autonomia nesta etapa, possibilitando que cada um exerça o olhar geográfico sobre o fenômeno apresentado, assumindo o papel de investigador.

No segmento do ensino médio, a motivação dos alunos nem sempre é a mesma dos estudantes mais novos do ensino fundamental, que frequentemente demonstram maior

entusiasmo por atividades que fogem da rotina cotidiana escolar. Nesse contexto, a prática da função motivadora, voltada para os alunos do ensino médio, deve estar alinhada aos objetivos da proposta de campo da pesquisa, de forma que os estudantes se sintam instigados a pesquisar e investigar os fenômenos que serão abordados pelos professores durante a atividade.

Antes da ida a campo, por exemplo, o professor poderá fazer uso de vídeos, documentários ou filmes que estimulem o senso crítico dos conteúdos já abordados nos capítulos dos livros didáticos. Assim, pequenos debates podem ser realizados previamente com o objetivo de antecipar possíveis experiências que serão vivenciadas na ida a campo.

A eficácia de um trabalho de campo está diretamente relacionada à discussão prévia em sala de aula, onde os alunos são levados a refletir sobre a temática que será explorada na atividade. (Souza; Pereira, 2007, p. 4).

A capacidade treinadora poderá ser estimulada no próprio campo a partir de orientações aos alunos como observações, registros de imagens, desenhos e croquis ou entrevistas, caso seja relevante para a pesquisa. É importante, nesta etapa, que o aluno compreenda a cidade como uma possibilidade de análise e compreensão do objeto de estudo. A observação do espaço urbano, a partir da aula de campo, enriquece o trabalho dos professores e alunos envolvidos, o que permite a assimilação dos conteúdos de forma mais enriquecedora (Neves 2015, *apud* Souza; Pereira, 2007)

Por último, a capacidade geradora de problemas pode ser proposta aos alunos durante a atividade, a identificação de problemas locais, como os impactos ambientais urbanos, pode ser uma oportunidade para os alunos não apenas perceberem as questões geográficas em sua vivência, mas também desenvolverem soluções dentro dos conceitos de urbanização, planejamento urbano e sustentabilidade.

Para que o trabalho de campo se torne uma ferramenta didática eficaz para docentes e discentes, é fundamental a realização de um planejamento prévio estruturado pelo professor. Assim, as etapas devem ser cuidadosamente organizadas e definidas para garantir que a experiência vá além de uma atividade recreativa e se configure como uma oportunidade concreta de os estudantes compreenderem as dinâmicas socioespaciais e os processos geográficos em análise.

Callai (1988, *apud* Souza; Pereira, 2007, p. 3) destaca que, durante o processo de trabalho de campo, que envolve planejamento, execução, análises e relatórios, o professor deve manter uma preocupação constante em assegurar que a atividade proposta esteja alinhada com os objetivos previamente estabelecidos, de modo a evitar o “fazer pelo fazer” apenas.

Diante disso, os aspectos práticos a serem considerados na etapa de planejamento do trabalho de campo iniciam-se pela definição clara e específica dos objetivos de aprendizagem. Por exemplo, ao realizar uma visita técnica a um parque urbano ou a um local específico de uma cidade, espera-se que o estudante compreenda conceitos como os processos de urbanização, as dinâmicas socioespaciais do espaço intraurbano e a formação das periferias, bem como suas implicações excludentes.

Outro ponto relevante nesse planejamento refere-se à seleção criteriosa do local e à preparação prévia da atividade, bem como às formas de coleta de dados que serão utilizadas. Rodrigues; Lima; Souza (2017, p. 12) destacam que, ao optar por um trabalho de campo, é imprescindível que o docente realize uma visita prévia ao local, verificando as condições do espaço, a adequação ao tema proposto e a duração da atividade, além de providenciar os contatos necessários. Cabe ainda ao professor orientar os estudantes de forma proativa, estabelecendo critérios claros para a coleta de informações, como a realização de registros descritivos, anotações de observações e formulação de questionamentos relevantes ao tema abordado.

Contudo, a proposta de um trabalho de campo voltado para os alunos do segundo ano do ensino médio, com foco na geografia urbana, pode enfrentar alguns desafios e limitações que os docentes precisam superar. Por exemplo, dependendo do local escolhido, a falta de recursos pode se configurar como um impeditivo para a efetivação da proposta, assim como a resistência da instituição de ensino, que pode não aceitar fornecer transporte ou liberar os alunos e professores para a atividade.

Além disso, a formação do docente, que não o preparou adequadamente para esse tipo de atividade, pode ser um fator limitante que desencoraje a proposição dessa alternativa para a instituição. Por isso, é essencial que existam possibilidades de capacitação para os profissionais que desejam implementar novas metodologias, como a atividade de campo, a fim de proporcionar melhores oportunidades de compreensão do espaço e do lugar, tanto por parte dos professores quanto dos alunos.

É essencial que o local escolhido para a proposta de campo tenha um significado tanto para o professor quanto para os alunos, uma vez que a proximidade com o objeto de estudo facilita a compreensão das expectativas de aprendizagem. Nesse contexto, Callai (2005) reitera que compreender o lugar em que se vive nos encaminha ao entendimento da história desse espaço, possibilitando a busca pela compreensão dos fenômenos existentes que ali ocorrem.

Dessa forma, o próximo capítulo será dedicado a uma breve contextualização do bairro de Madureira e os processos que levaram à construção do Parque Urbano Madureira (Mestre Monarco), com o intuito de fornecer uma base teórica e oferecer ferramentas para que os docentes da região possam propor atividades de campo com os alunos, voltadas para o estudo da geografia urbana.

3 MADUREIRA: AS MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS IMPULSIONADAS PELO PARQUE URBANO

O capítulo a seguir tem por objetivo analisar as transformações socioespaciais ocorridas no bairro de Madureira a partir da implementação do Parque Madureira. Para isso, inicia-se com a identificação dos fatores que conferiram ao local o status de subcentro regional, com destaque para sua localização estratégica, o contexto histórico de formação e os polos de centralidade urbana, comercial e cultural. Em um segundo momento, busca-se compreender o processo de implantação do parque no contexto das múltiplas ressignificações do espaço urbano carioca observadas nas duas primeiras décadas do século XXI. Por fim, serão discutidas as mudanças socioespaciais resultantes da obra, com base nos conceitos de segregação socioespacial, direito à cidade e ressignificação do espaço, bem como os impactos sobre os diferentes agentes envolvidos.

3.1 O bairro de Madureira

Localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, o bairro de Madureira integra a XV Região Administrativa da cidade. Com uma localização estratégica na área suburbana, é delimitado pelos bairros vizinhos de Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Honório Gurgel, Madureira, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz, Quintino Bocaiúva, Rocha Miranda, Turiaçu e Vaz Lobo.

Até o final do século XIX, a região de Madureira integrava a área rural do Rio de Janeiro e fazia parte da freguesia de Irajá. Sua emancipação ocorreu em 1926, quando deixou de ser uma freguesia e passou a ser considerada um distrito (Duarte, 2005, p. 204). Inicialmente, a ocupação do bairro esteve vinculada ao cultivo da cana-de-açúcar, configurando-se como um importante corredor para o escoamento de produtos rurais. Com o

advento do trem, no entanto, Madureira passou a desempenhar um papel central na dinâmica econômica da cidade.

A inauguração das estações ferroviárias de Madureira, em 1890, e de Magno, em 1898, impulsionou a expansão da cidade em direção às áreas suburbanas. A ocupação dessas regiões ocorreu de maneira linear, com maiores concentrações populacionais no entorno das estações (ABREU, 2006).

De acordo com Abreu:

A existência de uma linha de subúrbios até Cascadura incentivou, de imediato, a ocupação do espaço entre a estação e o centro. Antigas olarias, curtumes, ou mesmo núcleos rurais, passaram então a se transformar em pequenos vilarejos, e atrair pessoas em busca de uma moradia barata, resultado de uma evolução considerável da demanda por transportes e consequente necessidade de aumentar o número de composições e de estações (ABREU, 2006 p. 50).

A eletrificação dos trens, realizada em 1937 durante o governo de Getúlio Vargas, constitui um marco significativo para a consolidação de Madureira como uma centralidade urbana no Rio de Janeiro. Conforme aponta Silva (2012, p. 28), esse processo consagrou o bairro como a 'capital do subúrbio' carioca, título que mantém relevância até os dias atuais. Tal posição de destaque não se deve apenas à localização estratégica de Madureira, mas também à presença de um comércio diversificado, à ampla oferta de transporte e às suas ricas tradições culturais, aspectos também ressaltados pelo autor (*apud* Fraiha & Lobo, 1998, p. 41).

Segundo Duarte (2005), outro fator crucial para a consolidação de Madureira como um subcentro regional foi a criação do Mercado Municipal, popularmente conhecido como 'Mercadão de Madureira', voltado para a comercialização de produtos agrícolas. Inicialmente localizado nas proximidades da estação de Magno, onde hoje se encontra atualmente o G.R.E.S. Império Serrano, o mercado desempenhou um papel central como elemento catalisador de fluxos comerciais e de pessoas para o bairro (DUARTE, 2005, p. 208).

Em 1929, o prefeito Antônio Prado Júnior (1926-1930) promoveu a mudança do Mercadão, com a criação de boxes e áreas apropriadas do lado oposto da estação de Magno. Essa reestruturação conferiu ao Mercadão de Madureira a posição de maior centro distribuidor de alimentos do subúrbio (SOUZA, 2019, p. 59).

Madureira se destaca como um bairro central na zona norte da cidade, devido à sua importância no setor terciário, com um comércio forte tanto formal quanto informal. Souza (2019) aponta que o bairro é caracterizado por uma intensa presença de 'camelôs', concentrados em determinados setores e dispersos pelas ruas. Em grande parte, as mercadorias desses vendedores são abastecidas no próprio bairro, especialmente no Mercadão (SOUZA, 2019 p.64).

A região de Madureira também se destaca por ser um importante polo de mobilidade urbana, devido à presença de duas linhas ferroviárias que conectam a zona Oeste (estação de Madureira) e a Baixada Fluminense (estação do Mercadão, antiga estação Magno) à zona central da cidade. Além disso, a construção do corredor Expresso Transcarioca, projetado para ligar o Aeroporto Antônio Carlos Jobim (Galeão) à Barra da Tijuca, foi um fator relevante para a dinâmica de mobilidade urbana no bairro. Esse corredor conecta 27 bairros cariocas, em sua maioria pertencentes às comunidades suburbanas, incluindo Madureira, e contribuiu significativamente para o fluxo de pessoas na região. Contudo, também gerou a remoção de populações, como aponta Souza (2019, p. 45).

Outro aspecto relevante é o forte apelo cultural de Madureira, caracterizado pela presença de escolas de samba centenárias, como o G.R.E.S. Império Serrano e o G.R.E.S. Portela, que desempenham um papel fundamental no fortalecimento da identidade cultural

dos moradores locais. Além disso, o baile charme¹, realizado aos finais de semana sob o viaduto 'Negrão de Lima', é reconhecido como patrimônio imaterial cultural do estado. No dia 02 de janeiro de 2025, o Baile Charme foi citado pela revista The New York Times como um 'símbolo da identidade e da cultura negra'².

Fica evidente, portanto, que o bairro de Madureira possui uma importância central para a cidade desde os tempos em que pertencia à freguesia de Irajá. Após a introdução dos trens elétricos, consolidou-se como uma região economicamente necessária para a população suburbana, destacando-se pelo seu apelo comercial, cultural e pela sua importância na mobilidade urbana.

A seguir, será analisada a inserção do bairro de Madureira na lógica dos megaeventos esportivos que marcaram a cidade do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XXI, considerando a construção do Parque de Madureira e as mudanças socioespaciais resultantes dessa intervenção urbana no bairro.

3.2 A construção do Parque Madureira

Nas últimas duas décadas, o Rio de Janeiro consolidou-se como sede de importantes megaeventos, como os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007, os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa das Confederações da FIFA de 2013, a Copa do Mundo da FIFA de 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Esses eventos impulsionaram a cidade no cenário internacional, trazendo benefícios e desafios socioeconômicos.

A realização desses eventos também impactou o planejamento urbano da cidade, gerando transformações pautadas em uma lógica global de mudanças socioespaciais. Essas mudanças buscavam atender às demandas dos comitês organizadores e aos interesses de investidores públicos e privados. Nesse contexto, o Rio de Janeiro passou a ser tratado como uma "cidade mercadoria", em que a metrópole é percebida como um produto a ser comercializado no mercado global (VAINER, 2002, p. 80).

Durante o primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes (2009-2012), foi implementado o planejamento estratégico intitulado "Pós-2016 - O Rio Mais Integrado e Competitivo". O objetivo central era consolidar o Rio de Janeiro como um centro político e cultural de relevância internacional. Para isso, foram definidas ações prioritárias, como a melhoria dos serviços públicos, a recuperação de espaços e ativos naturais, a promoção de igualdade de oportunidades, o incentivo ao crescimento econômico sustentável, o desenvolvimento de setores estratégicos, e a integração urbanística e cultural da cidade, além da redução da pobreza (Planejamento Urbano e Estratégico, 2009-2012).

Nesse contexto, no dia 23 de junho de 2012, foi inaugurado o Parque Madureira, localizado no bairro homônimo, na zona norte do Rio de Janeiro. Considerado o terceiro maior parque urbano da cidade, atrás apenas do Aterro do Flamengo e da Quinta da Boa Vista, o projeto foi viabilizado durante a gestão de Eduardo Paes, que aproveitou os recursos mobilizados pelos megaeventos para executar obras de infraestrutura urbana. Sob a

¹ O Baile do Viaduto de Madureira é o maior baile charme do Brasil a mais de 25 anos. Acontece no "Espaço Cultural Rio Hip Hop Charme" periodicamente todos os sábados a partir das 22h, embaixo do Viaduto Negrão de Lima, em Madureira. O baile tem os seus DJs residentes e sempre recebe DJs convidados e atrações diversas em datas especiais. O baile tem preços populares e mantém o valor baixo de entrada mesmo em bailes especiais com grandes atrações. FONTE: <http://viadutodemadureira.com.br/2016/o-baile/>

² Baile Charme de Madureira é destaque no New York Times, como 'símbolo da identidade e da cultura negra' FONTE: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/01/03/baile-charme-de-madureira-e-destaque-no-new-york-times-com-o-simbolo-da-identidade-e-da-cultura-negra.ghtml>

supervisão da Secretaria Municipal de Urbanismo, liderada por Sérgio Dias, o projeto contou com a participação de diversas empresas (SOARES, 2015, p. 52).

O desenvolvimento do Parque Madureira envolveu contribuições de diferentes empresas especializadas. A Ruy Rezende Arquitetura LTDA (RRA) foi responsável pelo urbanismo, paisagismo e arquitetura, enquanto a Rio Ramp Design projetou o Skatepark, e a Soter Design elaborou a programação visual do parque. A prefeitura também participou, idealizando o projeto da Arena Carioca (SOARES apud REZENDE *et al.*, 2012). Após processo licitatório, a construção foi atribuída à empresa Delta Construções, com supervisão técnica do engenheiro Mauro Bonelli, vinculado à Secretaria Municipal de Obras (SOARES, 2015, p. 52).

O espaço, inicialmente denominado Parque Madureira Rio +20, recebeu esse nome em referência ao megaevento de desenvolvimento sustentável que ocorreu simultaneamente na cidade do Rio de Janeiro. Sua arquitetura foi planejada com foco na sustentabilidade e na minimização dos impactos ambientais. Nesse sentido, como destaca Soares (2015, p. 71), o Parque se tornou o primeiro espaço público no Brasil a obter o selo AQUA (Alta Qualidade Ambiental), concedido pela Fundação Vanzolini, destacando-se pela sua excelência ambiental.

A primeira fase do Parque Madureira, inaugurada em 2012, abrange uma área de 93.553,79 m², estendendo-se pelos bairros de Madureira, Turiaçu e Rocha Miranda. A viabilidade desse empreendimento na região foi possibilitada pela compactação das torres de transmissão da Light.

Devido ao sucesso alcançado pela primeira fase do parque, o projeto foi ampliado a partir de 2014, com a expansão do Parque Madureira para abranger os bairros de Rocha Miranda, Honório Gurgel e Guadalupe. A responsabilidade pela construção dessa segunda etapa foi atribuída à empresa Dimensional Engenharia, por meio de um contrato firmado após processo licitatório, com início das obras em maio de 2014 e término previsto para 2017. No entanto, a segunda fase do parque foi aberta ao público já em 2015 (XIMENES, 2018, p. 127).

Nesse contexto, o Parque Madureira se destaca como uma nova centralidade urbana voltada ao lazer para os bairros atravessados pelo parque. Com a oferta de quiosques, espaços para atividades físicas, áreas verdes, pistas de skate e até uma piscina artificial, o parque atrai uma diversidade de pessoas que o utilizam para diferentes fins. Assim, o Parque Madureira se transforma em um local de afeto para seus frequentadores e moradores da região, permitindo que estes se identifiquem e se conectem ao espaço por meio das relações culturais estabelecidas.

Em dezembro de 2021, por meio do decreto municipal nº 50023, datado de 15 de dezembro, o Parque Madureira teve seu nome alterado para Parque Madureira Mestre Monarco. A alteração foi uma homenagem ao falecimento de Monarco, presidente de honra da escola de samba Portela. A mudança, que ocorreu durante o terceiro mandato do prefeito Eduardo Paes, reflete a proximidade e o carinho do prefeito pela tradicional escola de samba, situada no bairro do parque.

Embora a construção do Parque Madureira tenha sido de grande relevância para os moradores e o comércio local, seu processo de implementação foi marcado por remoções habitacionais de famílias da comunidade Vila das Torres, localizada às margens da linha férrea. Essa situação gerou controvérsias durante o período, levantando questões sobre segregação socioespacial e o direito à cidade, temas que serão discutidos a seguir.

3.3 As mudanças socioespaciais após a construção do parque

Durante a realização dos megaeventos no Rio de Janeiro, diversas intervenções urbanísticas foram executadas com o intuito de atender às exigências das organizações internacionais e preparar a cidade para receber tais eventos. Entre os exemplos mais notáveis

dessas obras, destacam-se a reforma do Maracanã, a construção do Parque Olímpico na Barra da Tijuca, o Museu do Amanhã na Zona Portuária e os corredores do BRT (Bus Rapid Transit), que visavam melhorar a infraestrutura urbana e garantir a fluidez do transporte durante os eventos.

O Parque Madureira, embora não esteja situado nas imediações dos principais locais dos jogos, foi projetado e promovido como um "legado olímpico", inserido nas transformações urbanas realizadas em função dos megaeventos. As mudanças urbanísticas, especialmente durante os Jogos Olímpicos de 2016, resultaram na remoção de 22.059 famílias de suas áreas de origem. De acordo com o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2015), até 2015, esse número de famílias foi deslocado ao longo dos dois mandatos do prefeito Eduardo Paes, período marcado por profundas alterações urbanas voltadas para atender às demandas das obras e construções dos megaeventos.

Nesse contexto, o bairro de Madureira também foi afetado por processos de remoções de moradores, devido aos empreendimentos realizados durante a gestão do prefeito Eduardo Paes, como a construção do BRT e do próprio Parque Madureira. Conforme relatado no Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2015), a comunidade Vila das Torres, localizada nas proximidades do futuro parque, abrigava 1.017 famílias, as quais começaram a ser removidas a partir de 2009.

A origem da comunidade Vila das Torres remonta a um contrato de comodato firmado entre os primeiros moradores e a empresa Light, responsável pela posse do terreno. A empresa distribuiu lotes de terra para imigrantes portugueses, que, nessa área, cultivavam hortas com verduras, legumes e ervas ao longo de aproximadamente 5 km (SOUZA *apud* MARTINS, 2009). Esse período marca o início da ocupação que mais tarde se consolidou como a comunidade Vila das Torres.

Segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2012), embora a área tenha sido inicialmente ocupada por imigrantes portugueses, a comunidade só foi oficialmente reconhecida como Vila das Torres a partir de 1960. Nesse período, a ocupação da região, que inicialmente abrigava os portugueses, passou a receber migrantes nordestinos em busca de trabalho. Após a saída dos portugueses, a área ficou sob a ocupação dos primeiros trabalhadores, que a assumiram na década de 1960.

A comunidade teve sua origem no aproveitamento de uma faixa de terra remanescente, entre a linha férrea e as torres de transmissão, onde os primeiros moradores começaram a construir suas habitações em condições precárias (SOUZA, 2015, p. 46). De acordo com Souza (2015), por meio de relatos, os agricultores que chegaram à área encontraram o local sem infraestrutura ou investimento público. Contudo, ao longo do tempo, melhorias começaram a ser implementadas pelos próprios moradores, incluindo a instalação de rede elétrica em 1966, rede de esgoto em 1967 e rede de água em 1968 (SOUZA, 2015, p. 49). A produção agrícola, com foco em hortifrutigranjeiros, que era cultivada nas terras cedidas pela Light, era destinada ao Mercado de Madureira e ao Centro de Abastecimento (CEASA-RJ), dois dos principais pontos de comercialização de alimentos na cidade.

Em dezembro de 2009, o prefeito Eduardo Paes realizou sua primeira visita à comunidade com o intuito de apresentar o projeto de construção do Parque Madureira. Estavam presentes o presidente da Light (responsável pela posse do terreno) e os representantes das organizações locais. O encontro foi marcado por uma grande festa, embora os moradores demonstrassem preocupação com a possibilidade de remoção, conforme relatado pelo ex-presidente da associação de moradores, Eduardo de Oliveira Rosa, em entrevista ao site Fazendo Média, divulgado pela Revista Consciência (04/08/2010).

De acordo com Souza (2015, p. 133), os primeiros projetos do Parque Madureira não previam a remoção da comunidade Vila das Torres, mas isso acabou sendo alterado posteriormente. Após modificações no plano inicial, o presidente da associação de moradores

convocou uma reunião com a comunidade para esclarecer os acontecimentos do encontro anterior e os objetivos da prefeitura. Nesse contexto, um dos argumentos utilizados pela gestão municipal para justificar a remoção foi a necessidade de promover o desenvolvimento da área em benefício do bairro e dos próprios moradores, que seriam realocados em novas moradias (SOUZA, 2015, p. 127).

Dessa forma, a remoção foi conduzida pela Secretaria Municipal de Habitação, que ficou responsável pelos processos de remoção na cidade durante o período em questão, adotando estratégias similares nas áreas afetadas. No caso da comunidade Vila das Torres, o processo foi iniciado com a visita de agentes da prefeitura, cujo objetivo era realizar um levantamento da população residente. Esse recenseamento permitiu que a prefeitura determinasse os valores a serem pagos nas indenizações pelas casas da comunidade. Com isso, as demarcações começaram a ser feitas na área, dando início à desocupação.

O processo de negociação das indenizações aos moradores foi marcado por uma pressão significativa por parte da prefeitura. Segundo Souza (2015, p. 144), uma das táticas adotadas pela prefeitura era a demolição das casas logo após a aceitação da negociação pelos moradores. Essa prática de demolição funcionava como uma forma de intimidação, visando pressionar os moradores que resistiram à desocupação e queriam permanecer em seus locais de origem.

No caso dos agricultores que utilizavam a área das torres de transmissão da Light, o processo de remoção não foi realizado pela Secretaria de Habitação, mas pela própria empresa Light, que era a proprietária do terreno. Segundo Souza (2015, p. 83), os representantes da empresa fizeram uma primeira visita ao local para identificar os ocupantes e registrar seus contatos telefônicos. Posteriormente, entraram em contato com os moradores, solicitando que se dirigissem até a sede da empresa, localizada no bairro vizinho de Cascadura.

Com o intuito de minimizar os impactos da remoção dos agricultores, a empresa ofereceu a alguns comodatários novos terrenos em outras áreas de sua propriedade. Contudo, esses terrenos estavam localizados em bairros distantes de Madureira, o que agrava a situação. Além do desafio de se adaptarem a um novo ambiente, os agricultores perderam a infraestrutura que haviam construído ao longo dos anos no bairro de Madureira, como as redes de água, energia e esgoto (SOUZA, 2015, p. 73).

As famílias que não receberam a indenização pelos imóveis que possuíam na comunidade foram realocadas para o empreendimento Ipê Branco, situado no bairro de Realengo, um projeto do programa Minha Casa Minha Vida, destinado a abrigar os moradores removidos de Vila das Torres. No entanto, essa remoção representou um deslocamento forçado para uma área periférica da cidade, comprometendo os laços sociais e o acesso a serviços urbanos, numa lógica de urbanização excludente que desconsidera o direito à cidade.

De acordo com Ximenes (2019, p. 47), das 1.017 famílias removidas da Vila das Torres, 264 foram realocadas no conjunto habitacional Ipê Branco, situado em Realengo. Além disso, outros bairros da zona oeste, como Cosmos e Campo Grande, também receberam moradores reassentados pelo programa Minha Casa Minha Vida.

A mudança de residência representou uma ruptura significativa para diversos agricultores, que perderam o acesso à terra cedida pela Light, impossibilitando a continuidade de suas atividades agrícolas. Além disso, conforme Ximenes (2019, p. 47), a realocação para o conjunto habitacional Ipê Branco gerou custos imprevistos que não estavam contemplados nos orçamentos das famílias.

Outro aspecto relevante foi o impacto psicológico causado pela remoção, especialmente entre os moradores que viviam na comunidade desde a década de 1960. Souza (2015, p. 59) ressalta que o processo de deslocamento, conduzido de forma autoritária e sem consideração pelos vínculos sociais estabelecidos ao longo dos anos, somado às indenizações insatisfatórias, agravou os problemas de saúde da população reassentada.

De acordo com Souza (2015, p. 59, *apud* AMORIM, 2015), 33% dos moradores do Ipê Branco perderam seus empregos após a mudança, sendo que 60% desses trabalhadores dependiam exclusivamente dessa fonte de renda. Além da perda de renda, houve o rompimento dos laços de vizinhança, familiares e a dificuldade de acesso ao trabalho.

Em uma entrevista para o documentário "Realengo, aquele desabafo!" (21/07/2011), disponível no YouTube, Ana Luiza, uma das moradoras remanejadas de Vila das Torres para o conjunto Ipê Branco, compartilha: "Eu não aguento mais, porque eu boto currículo nessa Avenida Brasil toda e ninguém chama. Se fosse em Madureira, a Páscoa está chegando, Mercado da vaga."

A controvérsia em torno da remoção dos moradores da comunidade Vila das Torres, no bairro de Madureira (RJ), surgiu após a construção e inauguração do Parque Urbano. Embora o terreno original do parque não fosse ocupado pela comunidade, a realocação das torres de transmissão da Light para a área em que os moradores estavam instalados provocou a remoção forçada, transformando posteriormente o espaço em um estacionamento.

O episódio da remoção da comunidade Vila das Torres para a construção do Parque Madureira exemplifica a segregação socioespacial e a negação do direito à cidade, conforme Henry Lefebvre, que afirma: "O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito à visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada e renovada" (LEFEBVRE, 1967, p. 117).

O direito à cidade, portanto, não se restringe ao acesso físico do espaço urbano, mas abrange todos os cidadãos viverem com dignidade na cidade, com acesso à moradia, transporte, equipamentos públicos, lazer, cultura e a participação efetiva das decisões do que moldam o espaço urbano. A retirada da comunidade Vila das Torres, sem diálogo ou garantia de condições adequadas de reassentamento, representa uma violação desse princípio, evidenciando que projetos urbanos podem privilegiar determinados interesses em relação a grupos mais vulneráveis.

David Harvey (2012) reforça essa perspectiva ao afirmar que o direito à cidade deve ser entendido como "o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade" (HARVEY, 2012, p. 74). Assim, o espaço urbano não deve ser apenas um cenário onde a vida acontece, mas um instrumento de transformação social, no qual os cidadãos possam intervir ativamente para construir uma cidade mais justa, inclusiva e democrática. Nesse contexto, a remoção da Vila das Torres não apenas desconsidera os moradores como agentes produtores do espaço urbano, mas também reafirma a exclusão de uma parcela significativa da população das dinâmicas de transformação da cidade.

O conceito de segregação socioespacial pode ser compreendido como a divisão do espaço urbano de maneira desigual, onde determinados grupos sociais, em sua maioria os mais vulneráveis, são deslocados ou marginalizados em processos de requalificação urbana. A remoção da comunidade, no contexto da construção do Parque Madureira, exemplifica esse fenômeno.

Nesse sentido, Marcelo Lopes de Souza (2003) compreende a segregação socioespacial, especialmente a segregação residencial, como um fenômeno intrínseco à lógica de produção desigual das cidades. Segundo o autor, essa segregação reforça a separação entre grupos sociais distintos e dificulta o acesso a condições adequadas de moradia, perpetuando as desigualdades e comprometendo qualquer perspectiva de desenvolvimento urbano autêntico (SOUZA, 2003, p. 83).

A resignificação do espaço urbano após a construção do Parque Madureira ilustra essa lógica de transformação urbana excludente. A área, que antes abrigava uma comunidade com forte identidade local, passou a ser ocupada por empreendimentos comerciais, impulsionados pela valorização imobiliária e pela localização privilegiada. A especulação imobiliária, como observa Rolnik (2015), é um fator-chave no processo de segregação urbana,

pois a apropriação de espaços urbanos por setores privilegiados muitas vezes resulta na marginalização de grupos sociais mais pobres. No entorno do Parque Madureira, a valorização imobiliária foi acompanhada por um processo de gentrificação, no qual a transformação do espaço urbano visou beneficiar principalmente a classe média, excluindo os antigos moradores da possibilidade de usufruir da reconfiguração do espaço.

A análise das mudanças socioespaciais no bairro de Madureira, após a construção do Parque Madureira Mestre Monarco, é essencial, pois os conteúdos da geografia urbana escolar podem ser aplicados de forma prática durante a proposta de campo. Essa abordagem possibilita que os alunos vivenciem os conceitos geográficos de maneira mais significativa, a partir de suas próprias observações durante a atividade. Assim, o próximo capítulo apresentará uma proposta prática de campo no Parque Madureira, voltada a alunos do segundo ano do ensino médio, que poderá ser adotada por docentes da região.

4 UMA PROPOSTA DE CAMPO PRÁTICA NO PARQUE MADUREIRA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar sugestões para docentes sobre uma proposta de campo no Parque Madureira, baseada em conteúdos de geografia urbana escolar. A atividade é voltada para alunos do segundo ano do ensino médio e pode ser aplicada tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino, abrangendo escolas do bairro e de áreas adjacentes.

Nesse sentido, considerando o debate desenvolvido nos capítulos anteriores sobre a importância do trabalho de campo como ferramenta didática, a análise do bairro de Madureira e o processo de construção do Parque Urbano, bem como as mudanças socioespaciais resultantes de sua inauguração, este capítulo será estruturado em três etapas: estudo dirigido, o trabalho de campo e pós-campo. O objetivo é fornecer ferramentas práticas que possam ser utilizadas por docentes em suas respectivas escolas e aplicadas aos alunos.

4.1 O Estudo Dirigido

Em um primeiro momento, é fundamental que o docente que planeja elaborar uma proposta de campo prepare adequadamente seus alunos, garantindo que a atividade ocorra de forma efetiva e alcance os objetivos esperados. Essa preparação evita que o trabalho de campo se reduza a um mero passeio ou seja realizado apenas por formalidade, conforme discutido na pesquisa.

Desse modo, para a etapa do estudo dirigido, sugere-se que, após a apresentação dos conteúdos relacionados à temática da geografia urbana em sala de aula, o professor reserve um ou dois tempos de aula para a exibição de imagens, vídeos ou documentários sobre o objeto de estudo. Essa abordagem visa familiarizar os alunos com o tema e prepará-los para a atividade de campo.

No YouTube, por exemplo, é possível acessar gratuitamente vídeos e documentários que auxiliam na compreensão do bairro de Madureira e suas transformações socioespaciais. Entre eles, destaca-se “O Meu Lugar #02 - Madureira” (16/01/2023), produzido pela Rio TV Câmara, que aborda as características do bairro, desde seu processo histórico até as atuais áreas de lazer, como o Parque Madureira. Outro exemplo é o vídeo “Parque Madureira | Cidade Olímpica” (04/01/2013), disponibilizado pelo canal Rio Cidade Olímpica, que apresenta o resultado da construção do Parque Madureira e a percepção dos frequentadores após sua inauguração.

Por outro lado, em relação às mudanças socioespaciais causadas pelo empreendimento, os documentários “Queremos Ficar em Madureira” (03/06/2019), produzido

pelo coletivo Fala Subúrbio e Subúrbio em Transe, e “Realengo, Aquele Desabafo” (22/08/2011), do Observatório das Metrôpoles, evidenciam o processo de remoção da comunidade Vila das Torres. Essas produções destacam as consequências das mudanças para a vida dos moradores, trazendo à tona importantes reflexões sobre os impactos sociais dessas transformações urbanas.

Após a exibição dos filmes, é importante que o docente incentive os alunos a refletirem sobre o conteúdo, seja por meio da construção de um pequeno texto ou de um debate. Essa atividade pode ser orientada com perguntas que estimulem a análise crítica, como: "Vocês conhecem o bairro de Madureira?", "Já foram ao Parque?", "Sabiam o que era o espaço antes da construção do Parque?", "Sabiam que havia uma comunidade ali?" e "O processo de remoção foi justo para os moradores?". Essas questões visam aprofundar a compreensão dos alunos sobre as transformações socioespaciais ocorridas no local.

A proposta do estudo dirigido é essencial para que os alunos se sintam mais próximos ao objeto de estudo, o que os motiva a participar ativamente da coleta de dados e resultados durante a atividade de campo. Dessa forma, a segunda parte deste capítulo destina-se a apresentar as atividades que poderão ser realizadas durante o trabalho de campo e serão analisadas a seguir.

4.2 O Trabalho de Campo

A proposta prática de trabalho de campo no Parque Madureira se configura como uma alternativa eficaz para os docentes da região, pois o parque urbano é de fácil acesso, tanto em termos de localização quanto por ser um espaço público, sem custos para sua utilização. Essas características minimizam potenciais entraves para as instituições de ensino, facilitando a viabilidade do projeto pelos professores.

Dessa forma, o Parque Madureira está disponível para visita de terça a domingo, das 5h às 22h, horários que são acessíveis tanto para os períodos da manhã e da tarde, quanto para uma possível alternativa para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que, em sua maioria, não têm oportunidades de atividades fora do horário noturno.

Nesse sentido, no dia da atividade de campo, sugiro que o primeiro ponto de análise seja a entrada principal do Parque (Rua Soares Caldeira, nº 115 - Madureira), que também pode servir como ponto de encontro, inclusive para as pessoas que não utilizarão o transporte fornecido pela escola. Além disso, a entrada do Parque é de fácil acesso tanto para quem utiliza transporte público, devido à proximidade com pontos finais de várias linhas de ônibus, BRT e estação de trem, quanto para quem opta por transportes privados, podendo estacionar no shopping ou ao lado do Parque.

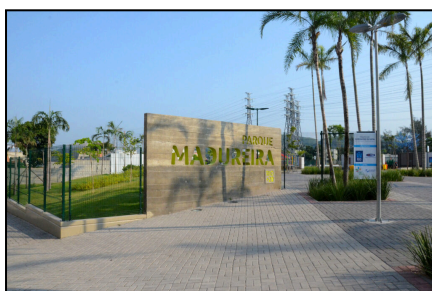
A entrada do Parque Madureira oferece uma oportunidade estratégica para iniciar o trabalho de campo, possibilitando ao professor situar historicamente o bairro de Madureira e destacar sua relevância como uma centralidade no espaço urbano carioca. Este momento inicial deve abordar a trajetória do bairro, desde sua origem como parte da freguesia de Irajá até as transformações provocadas pela chegada das linhas de trem, além de enfatizar a importância do Mercado como um polo comercial na região.

Com o intuito de facilitar a compreensão espacial dos alunos, recomenda-se a distribuição de um mapa de Madureira, o que permitirá a localização dos pontos discutidos durante a aula. Além disso, ao adentrarem o Parque, os alunos poderão observar o mapa do Parque Urbano disponível na entrada do espaço, o que contribuirá para uma contextualização mais precisa das informações e favorecerá a análise crítica do território.

Além disso, neste ponto, o professor pode introduzir o contexto de criação do parque, vinculado às transformações pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou nas primeiras

décadas do século XXI, visando se tornar sede de grandes megaeventos. É interessante que os alunos compreendam a lógica de que o parque foi construído, apesar de estar distante dos locais de realização dos jogos. Assim, neste primeiro ponto do campo, alguns temas relacionados à geografia urbana podem ser trabalhados pelo professor, como: Direito à cidade, Ressignificação do espaço e segregação socioespacial.

Figura 1 - Ponto 1: Entrada do Parque



Fonte: Riotur (2024)

No ponto 2, ainda do lado externo ao Parque, o docente pode levar aos alunos a passarela que fica ao lado externo do parque Madureira, nas proximidades com a linha férrea do trem. A passarela permite ter uma visão da área que abrigava a antiga comunidade Vila das Torres e, hoje em dia, serve para abrigar as torres de transmissão da Light e um estacionamento de carros.

Neste ponto, o professor poderá aprofundar o processo de construção do Parque Madureira e as consequências para a comunidade Vila das Torres, que foi totalmente removida para a inauguração do empreendimento. É importante que o docente destaque que o local anteriormente ocupado pela comunidade não foi transformado em parque urbano, mas sim em um estacionamento e torres elétricas. Ou seja, a remoção dos moradores esteve efetivamente ligada apenas à construção do parque, ou trata-se de um processo de segregação socioespacial e negação do direito à cidade? O docente pode incentivar os alunos a refletirem sobre essa questão e a discutirem suas percepções sobre o processo.

Figura 2 - Ponto 2: Passarela



Fonte: Autor (2024)

No terceiro ponto, os alunos podem ser direcionados ao interior do parque, em direção a praça do Samba, palco onde são realizados shows artísticos em algumas ocasiões. Nesse palco, estão presentes os emblemas das agremiações de samba Portela e Império Serrano, que têm suas sedes no bairro. Nesse contexto, o professor pode explorar a importância cultural de Madureira para os moradores da região, incluindo os antigos residentes da comunidade Vila das Torres, que exerciam sua identidade territorial por meio de suas relações com as agremiações. Além disso, o docente pode abordar o baile charme como uma expressão da identidade cultural do bairro.

Figura 3 - Ponto 3: Praça do Samba



Fonte: riopost (2024)

A partir do terceiro ponto, os alunos já devem estar bem embasados com os conteúdos trabalhados pelo docente no planejamento de campo. Nesse momento, o professor pode adotar uma abordagem mais prática, estimulando os alunos por meio da função treinadora. Uma proposta é dividir a turma em grupos, nos quais os alunos deverão registrar fotos de pontos específicos do parque e realizar entrevistas com os frequentadores, com o objetivo de entender a percepção deles sobre o parque urbano.

Algumas possíveis perguntas para as entrevistas podem ser: "Qual bairro você reside?", "Você costuma visitar o parque com que frequência? Para qual finalidade?", "Você visitava a região antes da construção do parque?", "Sabia o que havia antes da construção?" e "Na sua perspectiva, o parque urbano é importante?". Essas questões servirão de base para a atividade pós-campo com os alunos.

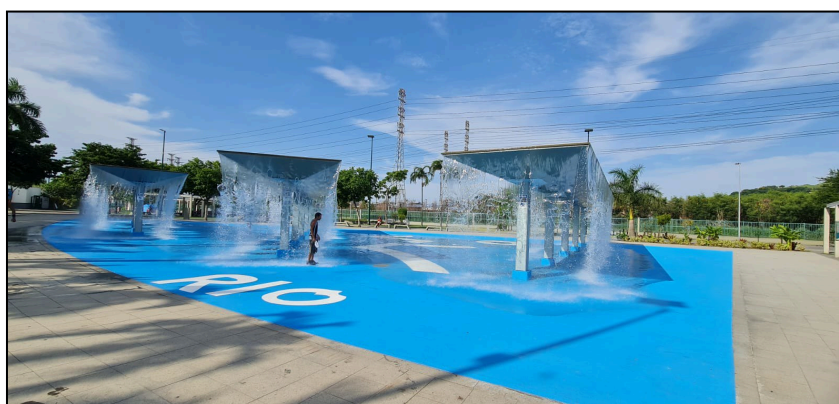
É importante que os grupos sejam supervisionados por uma pessoa maior de idade, preferencialmente um professor ou funcionário da escola, para garantir a organização e segurança durante a coleta de dados.

Após a etapa das entrevistas, no ponto 4, o professor pode direcionar os alunos para o interior do parque, incentivando-os a observar aspectos importantes da paisagem. Entre os elementos que podem ser destacados estão os aros olímpicos, que marcam o parque como parte do legado olímpico, além das pistas de skate, quadras e campos de futebol, que fazem do parque um espaço voltado para atividades físicas diversificadas. Também é relevante abordar a "Nave do Conhecimento", que oferece um ambiente de aprendizagem aos usuários, com acesso à internet e a possibilidade de cursos profissionalizantes.

Durante o percurso, os alunos devem ser incentivados a perceber as mudanças na paisagem e o contraste entre as áreas opostas cruzadas pelo parque. Por exemplo, no lado do shopping, é possível observar uma clara valorização dos imóveis, com o surgimento de prédios comerciais e casas mais estruturadas, enquanto o lado oposto, onde estava a antiga comunidade Vila das Torres, carece de infraestrutura.

Por fim, o último ponto da atividade pode ser na praia artificial, implementada na extensão do parque, que abrange o bairro de Rocha Miranda. Nesse local, o professor pode abordar o segundo processo de construção do parque urbano, bem como as transformações nos bairros contemplados. Se possível, como forma de recreação, os alunos podem ser autorizados a utilizar a cascata, caso a instituição de ensino permita, para que o campo seja lembrado como uma atividade importante e agradável para eles.

Figura 4 - Ponto 5 :Cascata



Fonte: Prefeitura do Rio (2024)

A atividade pode ser realizada de forma interdisciplinar, com a colaboração de um professor de História, especialmente no que se refere ao primeiro ponto, que visa analisar o contexto histórico do Parque Madureira. Esse formato integra diferentes áreas do conhecimento, enriquecendo a aprendizagem dos alunos ao proporcionar uma compreensão mais ampla e contextualizada. A interdisciplinaridade, entendida como a colaboração entre disciplinas para abordar um objeto de estudo comum, promove uma visão integrada, superando as limitações de cada área isolada.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) incentiva essa abordagem, reconhecendo a Geografia como parte das Ciências Humanas no currículo do novo Ensino Médio. Ao integrar conteúdos de áreas como História e Geografia, busca-se oferecer aos alunos uma formação crítica e contextualizada, alinhada com os desafios do mundo contemporâneo.

O trabalho de campo poderá ter entre 3 e 4 horas de duração, considerando não apenas o tempo de deslocamento entre a escola e o Parque, mas também o tempo necessário para a observação do espaço e a aplicação dos instrumentos metodológicos (registro de fotos, questionários, entrevistas etc). Essa margem de tempo contempla eventuais atrasos no percurso, variações climáticas ou demandas emergenciais que possam impactar a atividade. Após a coleta dos dados em campo, os alunos serão orientados para a etapa de pós-campo, descrita a seguir.

4.3 O Pós-campo

Após a realização do trabalho de campo, é essencial que o docente estimule novamente a capacidade de análise dos alunos, por meio da coleta de dados registrados por eles (fotos e entrevistas), para que possam compartilhar os resultados obtidos em sala de aula. Nesse sentido, para otimizar o desenvolvimento dos resultados, o docente pode dividir os pontos trabalhados no campo entre os grupos que se formaram durante a pesquisa. No entanto, não há problema em atribuir a responsabilidade por um mesmo ponto a mais de um grupo, especialmente em turmas grandes, uma vez que a percepção e os resultados de cada grupo são individuais.

Os resultados podem ser apresentados pelos alunos por meio de uma apresentação oral e expositiva, com duração de 10 a 15 minutos, utilizando os registros e entrevistas coletadas. Nessa etapa, é importante que os alunos trabalhem a função geradora de problemas, refletindo sobre a importância do parque urbano para as pessoas e os possíveis impactos socioespaciais. Se possível, o docente pode dialogar com a instituição para expandir a atividade, organizando uma apresentação em formato de feira de ciências, onde outras turmas e os responsáveis dos alunos possam visualizar os resultados alcançados.

Portanto, a proposta de atividade de campo no Parque de Madureira se apresenta como uma abordagem metodológica eficaz para docentes das escolas da região, interessados em trabalhar os conceitos de geografia urbana. Essa abordagem visa proporcionar aos alunos o reconhecimento do espaço em que vivem, estimulando seu raciocínio geográfico e ampliando sua compreensão sobre as transformações socioespaciais do local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas, conclui-se que o trabalho de campo pode contribuir para a compreensão dos conceitos relacionados à geografia urbana no Ensino Médio, desde que haja uma mediação didática eficaz pelo docente junto aos seus alunos, em que os conteúdos geográficos e o conhecimento escolar estejam atrelados às experiências vividas por esses dois agentes. Dessa forma, a percepção dos fenômenos que ocorrem no espaço urbano torna-se mais acessível e compreensível para os estudantes.

Conforme as referências teóricas levantadas nesta pesquisa, o desinteresse dos alunos pelos conteúdos de geografia, especialmente no que tange à geografia urbana, pode ser explicado pela abordagem docente tradicional, centrada na transmissão rígida e na memorização, além da desconexão com a realidade dos estudantes. A permanência desse modelo pedagógico nas instituições de ensino contribui para essa distância entre teoria e prática.

Neste contexto, a elaboração de um roteiro de campo no Parque Madureira apresenta-se como uma alternativa didática relevante. Essa proposta visa não apenas aplicar os conceitos de geografia urbana, mas também proporcionar aos alunos uma conexão direta com o conteúdo, por meio de um objeto de estudo significativo para os moradores da região.

A análise crítica do processo de construção do Parque Urbano de Madureira também permite que os estudantes compreendam fenômenos socioespaciais como a segregação dos ex-moradores da Vila das Torres e a negação do direito à cidade, além de refletirem sobre a valorização imobiliária e a ressignificação do espaço. Dessa forma, a proposta estimula o raciocínio geográfico dos estudantes, conduzindo-os a uma visão crítica do espaço urbano.

Embora a pesquisa tenha sido direcionada ao segundo ano do Ensino Médio, há a possibilidade de adaptação dessa atividade para alunos do Ensino Fundamental. É importante destacar que o estudo apresenta uma proposta teórica de atividade de campo com enfoque na geografia urbana, oferecendo sugestões metodológicas para os docentes. Contudo, a atividade pode ser ajustada conforme as necessidades e recursos de cada instituição de ensino.

Esse estudo visa, portanto, apoiar docentes interessados em aplicar atividades de campo, sem limitar o local da prática ou os temas abordados. A proposta busca contribuir para a valorização do ensino de geografia por meio de metodologias ativas, promovendo uma aprendizagem mais significativa e conectada à realidade dos alunos.

Apesar das contribuições, algumas limitações desta pesquisa podem ser abordadas em trabalhos futuros, como a utilização de novos locais como roteiros de campo, além do Parque Madureira. Dessa forma, seria possível considerar diferentes contextos urbanos, ampliando a abrangência e a diversidade dos resultados que poderão ser alcançados.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Gustavo. **Parque de Madureira é criticado por associação de moradores.** Revista Consciência, 2024. Disponível em: <https://revistaconsciencia.com/parque-de-madureira-e-criticado-por-associacao-de-moradores/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio.** Brasília, 2018. Competência 2. Habilidade EM13CHS201. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CALLAI, Helena Copetti; CAVALCANTI, Lana de Souza; CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Lugar e cultura urbana: um estudo comparativo de saberes docentes no Brasil. **Terra Livre**, v. 1, n. 28, p. 91-108, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Propostas curriculares de Geografia no ensino: algumas referências de análise. **Terra Livre**, n. 14, p. 125-145, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

DE POLÍTICAS CULTURAIS, Setor et al. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro lança a primeira versão do "Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro". 2012.

SOUZA, Raphaella Santos; ARRUDA, Juliana; MARY, Wellington. Espaço e comunidade em face de grandes projetos públicos: conflitos e resistência em face da ação governamental. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 1, p. 158-192, 2016.

DUARTE, Ronaldo Goulart. **Madureira sob a ótica dos transportes públicos e da acessibilidade: uma contribuição para a geografia histórica do espaço suburbano carioca.** In: VAZ, Lilian Fessler; PECHMAN, Robert Moses. (Org.). Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 202-226.

FALA SUBÚRBIO; SUBÚRBIO EM TRANSE (Prod.). **Queremos ficar em Madureira.** Rio de Janeiro, 2019. Arquivo digital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C-rq7bTbngQ> Acesso em: 30 nov. 2024.

GALIZA, Helena Rosa dos Santos; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. **Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI. 2014.**

HARVEY, David. **O direito à cidade. Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012. n. 29 (2012): Barricadas Urbanas, São Paulo.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PLANEJAMENTO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/687/1/IU104%20-%20Plano%20Estrat%C3%A9gico%20Rio%20Sempre%20Rio%201996.pdf>. Acesso em: <20/09/2022>.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2009-2012). Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6616925/4178940/planejamento_estrategico_siete_01.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

Parque Madureira | Cidade Olímpica. Rio de Janeiro: RioCidade Olímpica, 2023. Arquivo digital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9iHtX8Xgv-c&t=177s>. Acesso em: 30 nov. 2024.

REALENGO, Aquele desabafo! [vídeo]. INCT Observatório das Metrôpoles (Prod.). Rio de Janeiro: INCT Observatório das Metrôpoles, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G1N_JoQJXeE&t=22s. Acesso em: 30 nov. 2024.

RODRIGUES, Augusto César Noronha; LIMA, Luana Nunes Martins; SOUZA, Lorena Francisco. O TRABALHO DE CAMPO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA URBANA: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA. **Building the way-Revista do Curso de Letras da UEG/Itapuranga**, v. 7, n. 1, 2017.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: a segregação urbana no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

Santos, J. dos, & Santos, A. A. P. dos. (2020). COMPREENDENDO A CIDADE A PARTIR DA AULA DE CAMPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ITABUNA-BA. **REVISTA GEOGRAFAR**, 15(1), 180–194. <https://doi.org/10.5380/geografar.v15i1.61249>

SILVA, Laerte Costa. ST4-1033 O ÔNUS DA CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER NO SUBÚRBIO CARIOCA: REMOÇÕES E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA ASSOCIADAS AO PARQUE MADUREIRA. **Anais ENANPUR**, v. 15, n. 1, 2013.

SOARES, DANIELLE MARINS TROTTA. **PARQUE MADUREIRA: Requalificação da paisagem urbana. 2015.** Tese de Doutorado. Dissertação de Maestría en Ingeniería Urbana, Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, José Carlos de; PEREIRA, Rodrigo Magalhães. Uma reflexão acerca da importância do trabalho de campo e sua aplicabilidade no ensino de geografia. **Revista Mirante**, p. 1-15, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TV CÂMARA. O Meu Lugar #02 – Madureira. Rio de Janeiro: TV Câmara, 2023. Arquivo digital. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MA_-hQprHdo. Acesso em: 30 nov. 2024.

VAINER, Carlos et al. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, v. 3, p. 75-103, 2000.

XIMENES, L. **A terra que surgiu: os conflitos na transformação dos vazios urbanos - o caso do Parque de Madureira.** IPPUR–UFRJ (dissertação de mestrado), 2018.